

Fundação Presidente Antônio Carlos FUPAC/UBÁ - Graduação em Psicologia

IMPACTOS DA DESIGUALDADE: AS RELAÇÕES ENTRE AS ESTRUTURAS SOCIAIS E SAÚDE MENTAL

Impacts of inequality: the relationship between social structures and mental health

Gisella Gomes Pereira¹; Samuel Freitas de Castro²

¹Discente do curso de graduação em Psicologia da Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC/Ubá, Minas Gerais.

²Psicólogo. Docente da Faculdade Presidente Antônio Carlos-FUPAC.

RESUMO

O presente estudo investiga os impactos da desigualdade nas relações entre estruturas sociais e saúde mental, destacando como fatores históricos e socioeconômicos contribuem para a vulnerabilidade psíquica de populações marginalizadas. A pesquisa revela que legados como colonialismo e escravidão geram condições adversas, como insegurança alimentar e acesso limitado a educação e serviços de saúde, que afetam o bem-estar mental. O estudo também aborda as demandas sociais decorrentes da pobreza, que intensificam a exclusão e o estigma associados à saúde mental. O papel do psicólogo social é enfatizado, pois esses profissionais podem implementar intervenções coletivas que abordem as causas sociais dos problemas mentais, fortalecendo redes de apoio e promovendo conscientização. Por fim, o trabalho destaca a importância de políticas públicas que promovam a equidade e integrem ações de saúde mental em diversos contextos sociais, visando mitigar os efeitos da desigualdade. Assim, o artigo busca ampliar a compreensão das interconexões entre desigualdade social e saúde mental, refletindo sobre a construção de uma sociedade mais justa e saudável.

Palavras chave: desigualdades sociais; Psicologia Social; pobreza; saúde mental

ABSTRACT

This study investigates the impacts of inequality on the relationship between social structures and mental health, highlighting how historical and socioeconomic factors contribute to the psychological vulnerability of marginalized populations. The research reveals that legacies such as colonialism and slavery create adverse conditions, such as food insecurity and limited access to education and health services, which affect mental well-being. The study also addresses social demands caused by poverty, which intensify the exclusion and stigma associated with mental health. The role of social psychologists is emphasized, as these professionals can implement collective interventions that address the social causes of mental problems, strengthening support networks and promoting awareness. Finally, the paper highlights the importance of public policies that promote equity and integrate mental health actions in various social contexts, with the aim of mitigating the effects of inequality. Thus, the article seeks to broaden the understanding of the interconnections between social inequality and mental health, promoting a reflection on how to build a fairer and healthier society.

Keywords: social inequalities; Social Psychology; poverty; mental health

Correspondência:

Nome: Gisella Gomes Pereira

E-mail: gisellagomes08@gmail.com

INTRODUÇÃO

As origens sociais e históricas da desigualdade humana eram pouco (ou nada) abordadas, enquanto muito se falava sobre as diferenças biológicas, físicas, capacidades mentais e habilidades manuais dos indivíduos. As ideologias dominantes, sendo elas laicas ou religiosas, estabeleceram o caráter persistente e a-histórico das desigualdades sociais com objetivo de garantir a ordem estabelecida pelas classes exploradoras. Algumas vertentes filosóficas, como o Humanismo e o Renascimento, já denunciavam por meio de seus livros e pregações, as mazelas sociais da dissolução do modo de produção feudal e o consequente nascimento do capitalismo. Apesar das denúncias, foi no período da revolução industrial que se desconstruiu a ideia de que a desigualdade social é um fator natural, aceitável e até mesmo inalterável. Os autores que mais contribuíram para que isto pudesse acontecer foram Karl Marx e Friedrich Engels (Castelo, 2010; Nogueira & de Oliveira, 2024).

Ainda que as concepções a respeito da mobilidade das classes tenham mudado, uma hierarquia econômica, de privilégios e direitos permanecia inalterada. Como consequência dessa diferença, a desigualdade social tem como uma de suas principais características a ameaça permanente à existência. Ela erradica a experiência, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Esse problema produz intenso sofrimento, uma tristeza que se reproduz no corpo de gerações a gerações (Santos & Zanella, 2023; Sawaia, 2009).

Considerando a hierarquia da sociedade, aqueles em situação de pobreza possuem uma nítida desvantagem em relação às classes mais ricas, impondo uma limitação de possibilidades por ausência de recursos financeiros. Com isso, o indivíduo é privado do acesso de boa parte da produção social, seja ela intelectual ou material. Essa posição afeta diretamente o desenvolvimento das potencialidades e o caráter de formação de identidade (Ferreira, 2022; Sawaia, 2009).

Sendo assim, a atuação da Psicologia Social torna-se fundamental, pois essa área aborda questões como desigualdade, violação de direitos, vulnerabilidade social e pobreza. Seus princípios norteadores incluem a promoção da democracia, emancipação e autonomia dos indivíduos, além do respeito aos direitos humanos. Com esse enfoque, a Psicologia Social pode assegurar uma prática profissional eticamente responsável e politicamente comprometida com a transformação social. É importante que o(a) Psicólogo(a) saia do lugar que culpabiliza ou busca responsáveis, para o lugar que proporciona espaços criativos para que os sujeitos em situação de violação possam encontrar alternativas, sendo elas individuais ou coletivas, para superação (Alexandre et al., 2022). O psicólogo, no que lhe diz respeito, tem um papel importante com a comunidade, considerando fundamental o direito de todos os indivíduos, independente da classe social pertencente (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005).

Tendo em vista que a estruturação social acarreta em desigualdades, sendo essas, um fator de grande influência na saúde dos indivíduos, inclusive na saúde mental, gerou-se um interesse pelo tema

a partir de uma notória quantidade de problemas relacionados à saúde mental cuja origem se dá na forma como a sociedade vem sendo estruturada.

Este estudo tem como objetivo apresentar a associação entre saúde mental e estruturação social, levando em consideração fatores históricos e atuais que acarretam para formação da sociedade. O interesse pelo tema surgiu a partir de uma notória quantidade de problemas relacionados à saúde mental cuja origem pode, de acordo com a literatura pesquisada, indicar relação com a forma como a sociedade vem sendo estruturada.

DESENVOLVIMENTO

As demandas sociais da pobreza

O ser humano é um ser social e histórico, sendo moldado pela cultura e o ambiente social que contribui e reflete nas mudanças e fases da vida desse. A existência e a essência humanas são determinadas e definidas por um conjunto de relações sociais e históricas, ao nascer, o sujeito se depara com uma realidade que já está posta, mas não é imutável (Santos, 2024; Meszáros, 2006).

Todavia, no capitalismo, existe uma tendência a responsabilizar, exclusivamente, o indivíduo pelo seu “fracasso” ou pelo “sucesso”, escondendo as falhas do sistema social. O sucesso é associado a uma forma individualista de agir, sugerindo que, quanto mais uma pessoa assume essa forma de viver, mais bem-sucedida ela será, alimentando a crença de que se obtém sucesso apenas pelo esforço individual ignorando fatores estruturais e sociais (Camargo et al., 2021; Guareschi, 2005).

Por sua vez, o pensamento liberal faz com que o sujeito se enxergue como único espectador da realidade o que oculta as origens das mazelas sociais e direciona para o oprimido a responsabilidade total por suas condições de vida. Nesse caso, o sujeito sem renda e sem propriedade é taxado como escória da humanidade, sendo, como já citado, o culpado pela desigualdade social (Bertoncini & Stankevecz, 2021; Meszáros, 2006).

Da mesma forma, a ideologia dominante no mundo tem grande contribuição na difusão de uma imagem negativa do sujeito sobre si mesmo e os outros. Ela constrói um padrão de relacionamento social com base em estereótipos, tendo como pilar a dominação política e econômica de uma classe sobre a outra. A culpabilização do indivíduo pelos “sucessos” e “fracassos”, faz com que a sociedade passe a ver o pobre como um ser desvalorizado socialmente, desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro (da Silva e Lira, 2024; Freire, 1989). Existe uma propagação, seja pela televisão, pelos programas assistenciais ou escolas, de diversos estereótipos preconceituosos sobre o pobre, como o discurso da competência que o considera, por natureza, um indivíduo menos competente que o rico no que diz respeito à obtenção de um determinado padrão de vida, bem como a associação da pobreza à violência, caracterizando o pobre como ser essencialmente violento e bruto (Coimbra, 2001; Oliveira, 2020).

Atualmente, a pobreza é um dos principais problemas enfrentados no Brasil, resultado de um

sistema socioeconômico que perpetua a desigualdade social. Esse sistema, marcado por uma distribuição destoante de recursos e oportunidades, leva a disparidades econômicas e a altos índices de carência. Muitas pessoas vivem em condições de escassez e privação, o que gera não apenas dificuldades financeiras, mas também um profundo sofrimento mental. A falta de acesso à educação de qualidade, empregos dignos e serviços essenciais agrava essa situação, tornando a luta contra a pobreza um desafio complexo (Marçal & Oliveira, 2023).

Portanto, para que se possa abordar sobre essa problemática, é necessária a compreensão de que a pobreza é muito mais do que apenas uma dificuldade no âmbito financeiro, mas envolve também uma vulnerabilidade socioeconômica com diversos fatores, causas e consequências no cotidiano de quem o vivencia. Ela também atinge mais de um segmento da população como analfabetos e a população vítima da precária inserção no mercado de trabalho. Além disso, seu caráter é multifatorial, decorrente tanto da insuficiência de renda quanto da falta de condições adequadas aos serviços públicos (Pinelli, 2022; Wanderley, 2014). A falta de recursos básicos como moradia, alimentação, saúde, segurança, escola e emprego são frutos da desorganização da vida coletiva na periferia da cidade, pois causa um sentimento e vivência de desrespeito e desvalorização. Com isso, a identidade dessas pessoas é estruturada a partir do lugar de escassez e humilhação, o que constrói, por consequência, uma identidade de oprimido e explorado (Barbosa & Moura, 2021; Góis, 2012). Tomar consciência sobre as dinâmicas comportamentais da pobreza é de extrema importância para que se possa lidar com esse fenômeno de forma adequada, sem patologizá-lo, i.e., tratando-o como problema individual de saúde, ao invés de compreendê-lo como resultados de fatores estruturais e sociais (Conde et al., 2021; Guzzo, 2016).

Ademais, a incapacidade de conseguir usufruir de lazer, suprir desejos incentivados pelo mundo capitalista ou simplesmente manter uma qualidade de vida e sobreviver é um fator que atinge a saúde mental de populações pobres (Marçal & Oliveira, 2023). Famílias se endividam, principalmente por meio de cartões de crédito e carnês. Por conta dessa realidade, 77,9% das famílias brasileiras contraíram dívidas em 2022, sendo que mulheres, pessoas jovens, consumidores de média e baixa renda e com 2º grau completo foram os mais atingidos pelo endividamento; e mulheres, pessoas de mais idade e menor escolaridade são as maiores vítimas da inadimplência (Agência Brasil, 2022).

De acordo com a pesquisa do Mapa da Nova Pobreza, feita pela FGV Social, a quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$497 reais mensais era de 62,9 milhões de brasileiros no ano de 2021, representando cerca de 29,6% da população total do Brasil (Marçal & Oliveira, 2023).

Para além da questão da renda, a pobreza acarreta um sofrimento mental intenso para quem convive com as suas consequências diariamente. Um indivíduo estar em situação de pobreza traz grandes consequências sociais relacionadas principalmente com a exclusão, opressão, carência e sentimentos diversos de vergonha, humilhação e culpa, além da negação de direitos básicos à sobrevivência, evidenciando um Estado que não supre as necessidades básicas de sua população por completo. Sendo assim, ser pobre é não ter acesso a determinados produtos ou condições e estar distante

da possibilidade de ocupar determinados papéis sociais esperados dele enquanto membro da sociedade (de Souza, 2021; Rocha, 2006).

Levando em conta as múltiplas consequências da pobreza, faz-se importante o entendimento do termo “Questão Social”, sendo esse um fenômeno complexo, que abrange desigualdade econômica, exclusão social, educação, saúde, emprego e violência e a falta de acesso a direitos básicos, com raízes históricas que remontam à colonização e à escravidão. A desigualdade no Brasil não se restringe a uma questão econômica, mas é, também, um reflexo de relações de poder históricas que marginalizam grupos sociais (do Amaral, 2024).

Por conseguinte, a pobreza e a desigualdade econômica não se resumem apenas à questão material, mas também possuem um componente social e psicológico que provoca sofrimento emocional. Além de todas as questões pessoais, seja nas áreas familiar, amorosa ou profissional, os resultados da vivência na pobreza afetam e transpassam todos esses âmbitos, causando também sofrimento pela condição de ser pobre em si. O desemprego, empregos informais ou de baixa remuneração; as condições das periferias e outros locais de grande vulnerabilidade; os problemas urbanos, as moradias inadequadas que podem ser até de baixa segurança; os serviços ineficazes que não recebem os investimentos necessários e não atendem a população como deveriam, como hospitais, escolas e transportes, e também as penitenciárias e vários outros locais e contextos, revelam a necessidade de profissionais que não excluam essa população (Marçal & Oliveira, 2023).

Tendo em vista as demandas sociais associadas à pobreza, nota-se que essa representa uma forma de exclusão. A desigualdade afeta as pessoas através da maneira como se relacionam com o sistema a que pertencem, em áreas como mercado de trabalho, sistema educativo, serviços de saúde, integração nas famílias, e redes sociais, levantando questões de equidade e justiça. Por isso, é possível considerar a discriminação e o preconceito como fatores que influenciam na saúde mental da população. Pode-se incluir nesse processo a discriminação econômica, os insultos acumulados na vida cotidiana e a experiência violenta de ser tratado como um cidadão de segunda classe (Krieger, 1999; Romão, 2024). O sofrimento social abarca situações traumáticas e difíceis vividas por populações pobres como fome, humilhação, vergonha e falta de reconhecimento e podem originar futuros transtornos mentais (Santana & Silva, 2012; Silva, 2022).

Psicologia Social e saúde mental: associação, fatores históricos e estruturação da sociedade

Nos modos de produção existentes antes do capitalismo, a pobreza e as desigualdades sociais eram muito ligadas à escassez, por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, no capitalismo, esses problemas obtiveram uma nova lógica e dinâmica, estando relacionados à produção de riqueza, fazendo assim com que a escassez passe a ser uma produção social, e não mais resultado da ordem natural. Contudo, em ambos os casos, a pobreza e as desigualdades sociais podem

ser relacionadas à divisão da sociedade em classes sociais, impactando diretamente no estudo e influência desses fatores no psicológico das massas e populações afetadas por tais questões (Almeida et al., 2021).

Levando em consideração a nova lógica dinâmica presente no capitalismo, no cenário pós Revolução Industrial, no século XIX, pode-se notar uma apropriação da tecnologia e dos modos de produção de bens pelos países precursores dessa nova era, enquanto nações de periferia, como o Brasil, assumiram um papel de exportadores de minérios e produtos agrícolas. Esse modelo econômico pautado na exploração, produção, e exportação de matérias primas para países desenvolvidos, unido a falta de investimento interno da maioria desses países resultou na exclusão de grande parte de populações locais, como por exemplo, as pessoas pobres, intensificando a marginalização, a falta de oportunidade e a diferença de classe (Quintas & Malard, 2021).

Ainda no cenário do século XIX, com o surgimento da burguesia e as consequentes mudanças no modo econômico, a pobreza passa a ser vista como sinônimo de vagabundagem. As pessoas de classes mais baixas eram intituladas como “desajustadas” e “potencialmente criminosas”, estigma esse, que vivenciamos até hoje (Alexandre et al., 2022). Pessoas em vulnerabilidade social são geralmente expostas a vários tipos de discriminação, sendo concebidas como violentas, criminosas, culpadas pela sua situação de pobreza, causadoras de mazelas sociais e outros termos depreciativos e acusadores (Barros & Nery, 2024; Moura & Ximenes, 2016).

Antecedendo a Revolução Industrial, no Brasil, a desigualdade socioeconômica tem suas raízes no processo de colonização Portuguesa ao longo dos séculos XVI à XIX. Já no século XIX, ainda não se pensava em leis e instituições para ajudar os pobres, os quais recebiam auxílio das igrejas através de irmandades e casas de misericórdia. A economia e a sociedade brasileiras consideravam a pobreza e a miséria humanas naturais e inevitáveis, mantendo a escravidão como componente central, sendo ela abolida tardiamente no país (Schwartzman, 2004; Silva, 2022).

Todavia, o caráter humanitário do movimento da abolição da escravidão no Brasil, se pautando no lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, se mostrava infundado e superficial, tendo em vista que os negros recém libertos ficaram abandonados à própria sorte, sem uma política abolicionista e nenhum tipo de auxílio. Algumas medidas migratórias adotadas no país contribuíram para o aumento do desequilíbrio social: enquanto os imigrantes (em sua maioria italianos) ocupavam as cidades, a população pobre (formada em sua maioria por negros libertos) era marginalizada formando e ocupando as áreas periféricas (Quintas & Malard, 2021).

Além disso, no período pós-guerra (1945-1964), o predomínio das ideias desenvolvimentistas levou ao aprofundamento da industrialização no Brasil, porém a questão da desigualdade continuava esquecida até 1960, quando foram propostas reformas que objetivavam mudanças na estrutura social brasileira, sendo elas boicotadas pelo Golpe Civil-Militar, que durou de 1964 a 1985. Nesse período, foi possível notar um padrão de acumulação de riquezas caracterizado pela exclusão, evidenciando a

visão elitista dos formuladores da política econômica e um acréscimo na concentração de renda, percebido com maior nitidez no período conhecido como Milagre Econômico (1974-1980), quando a concentração pessoal de renda assumia proporções alarmantes enquanto, por outro lado, grande parte da população sofria perdas substanciais na participação da renda produzida. Ou seja, os ricos se tornaram mais ricos e os pobres, por sua vez, mais pobres (Pedroso, 2020).

Mais adiante, na década de 1990, a regulação de algumas políticas públicas teve um papel de diminuir um agravamento do quadro social, tendo em vista a concentração de renda e o desemprego. A expansão dos direitos sociais ocorreu via inclusão e não redistribuição, incorporando os mais pobres de forma progressiva aos serviços públicos. O início do século XXI, traçou um novo cenário para as questões sociais brasileiras, com redução das desigualdades socioeconômicas, com estratégias que possibilitassem um projeto nacional de desenvolvimento social-desenvolvimentista, voltado a enfatizar o investimento público, a dinâmica do mercado interno e as políticas de proteção social. (Campos, 2015; Lanzara & Silva 2023).

Portanto, as políticas de proteção social se originaram, então, do reconhecimento histórico de desigualdades e de riscos sociais implicados à sociedade capitalista. Com a Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã (por tentar diminuir as desigualdades sociais do Brasil), a assistência social se insere no sistema de seguridade social, que se constitui em “ações compensatórias” voltadas para pessoas que não podem prover seu sustento pelo salário. Um exemplo de proteção social é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza a oferta de serviços e programas vinculados à assistência social, de forma pública (Oliveira & Malfitano, 2021).

Apesar da Constituição Cidadã, o SUAS foi intitulado posteriormente a ela, em 1993, pelo LOAS, tornando-se de fato um sistema somente em 2005. Ele conta com a atuação de uma equipe multidisciplinar, incluindo psicólogos que, ao trabalharem com o social, precisam reconhecer a subjetividade como importante aspecto para lidar com as questões coletivas, levando em conta os aspectos biopsicossociais e percebendo a influência da sociedade no indivíduo, entendendo que ela pode tanto intensificar quanto abrandar muitos dos sofrimentos mentais (Oliveira & Kahhale, 2020).

Visto que fatores sociais, culturais e econômicos do passado ainda influenciam bastante nas sociedades atuais, a Psicologia Social tem como função realizar uma ontologia do presente e colocar em questão quem somos, o mundo e o período em que vivemos, e como esse se associa com períodos anteriores. Indo de encontro a essas questões e às violências que elas provocam em nossos pensamentos, é possível produzir a criação de novos territórios existenciais que possibilitem ressignificar a subjetividade contemporânea em cima de novos valores, descobrindo formas de resistência para enfrentar os desequilíbrios do sistema (Silva, 2021).

Não obstante, também é válido ressaltar que a vulnerabilidade social pode ser compreendida, histórica e atualmente, a partir da dialética inclusão/exclusão, como uma combinação de fatores que afetam o bem-estar pessoal e social de diferentes formas. A exclusão social acontece quando os sujeitos

inseridos em um contexto de vulnerabilidade social são privados de acesso aos recursos, aos espaços e às esferas políticas e sociais. Sendo assim, o sujeito em vulnerabilidade social é aquele que se encontra excluído nas esferas sociais, sejam elas de ordem simbólica, real ou geográfica (Almeida et al., 2021). A exclusão social revela um sofrimento muito mais profundo do que aquele advindo da renúncia pulsional conceituada e explicada pela Psicanálise Freudiana. A exclusão remete à impossibilidade de participar do pacto social e de ser reconhecido, o que traz significativas implicações subjetivas (Freud, 2010; Rocha, Lopes & Vale, 2014; Tralhão, 2023).

Levando em consideração o histórico social brasileiro, que estruturou a sociedade atual, e a influência da questão social sobre a saúde mental dos sujeitos, é de extrema importância o constante avanço da Psicologia Social com profissionais capacitados que enxerguem para além do que é individual, colocando-se a serviço da transformação das situações objetivas que causam sofrimento, miséria, doença e morte das populações, e atentando-se a problemas enraizados e estruturais, frutos de anos de falha no sistema. É pertinente apontar que, quando um psicólogo social não trabalha em prol da erradicação da desigualdade, ele contribui para sua manutenção (Pereira, 2020).

O papel do psicólogo social nos fatores coletivos que afetam a saúde mental

O processo de exclusão atinge o sujeito em sua subjetividade, mas não pode ser visto como um processo individual que o culpabiliza, pois envolve as várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade, como desigualdade de renda, desigual acesso a recursos e oportunidades, marginalização e discriminação. Entender esses aspectos é fundamental para que o Psicólogo crie estratégias contra a exclusão social, sendo os serviços sociais parte dessas estratégias (Boff & Cabral, 2023; Wanderley, 2002).

Dentre essas estratégias, no Brasil, um marco histórico significativo foi a criação da Lei 8742, conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), instituída em 1993. Esta lei igualou os direitos de assistência social aos direitos de acesso à saúde e à previdência social, garantindo que a assistência social seja um direito do cidadão e um dever do Estado. Outro exemplo importante é o "Sistema Único de Assistência Social" (SUAS), instituído em 15 de julho de 2005, pela Resolução número 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O SUAS tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, oferecendo apoio a indivíduos, famílias e comunidades na superação de suas dificuldades por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, sendo organizado em dois níveis de proteção social: Proteção social básica (PSB) e Proteção social especial (PSE), que se divide, por sua vez, em Média Complexidade e Alta Complexidade (Almeida et al., 2021).

Aprofundando nos conceitos apresentados, é entendido que a PSB é desenvolvida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os serviços oferecidos pelo CRAS incluem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos, e o Serviço de Proteção Social Básica para

Pessoas com Deficiência e Idosos em Domicílio. Entre os programas do CRAS, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), do governo federal. Já a PSE, como citado anteriormente, é dividida em duas categorias: Média Complexidade (PSE/MC) e Alta Complexidade (PSE/AC). A PSE/MC é implementada por vários equipamentos, incluindo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro POP (para atendimento da população em situação de rua) e o Centro-Dia (que atende pessoas idosas e/ou com deficiência que necessitam de cuidados que a família não pode fornecer). A PSE/AC tem a função de oferecer acolhimento institucional em unidades como abrigos, casas-lares e casas de passagem para situações em que a permanência do indivíduo ou grupo no domicílio e território de origem é inviável devido à gravidade do risco social/pessoal e da violência vivenciada (Santos et al., 2023).

Para que se tenha acesso aos Serviços de Proteção Social, é preciso que se diferencie dois conceitos básicos: vulnerabilidade social e violação de direitos. A vulnerabilidade social acontece quando certos grupos ou indivíduos são acometidos por uma desvantagem estrutural, econômica, política ou cultural, sendo a pobreza englobada por todos os quatro, tornando as pessoas vítimas dessa condição mais propensas a sofrerem danos psicológicos, sociais e físicos. Diante desse fator, podem ser acessados os serviços de PSB. A violação de direitos ocorre quando o Estado ou um indivíduo restringe ou nega direitos fundamentais de um grupo ou de outro indivíduo, conceito esse, que pode abarcar também a pobreza, visto que indivíduos que se enquadram nessa categoria têm seus direitos econômicos, sociais e políticos negados. As pessoas atingidas por essa situação podem procurar os serviços PSE (Vieira & Honorato, 2023).

Além da compreensão das Proteções Sociais, é importante que se entenda que o Art. 4º da LOAS estabelece seus princípios básicos fundamentais, que consistem na priorização do atendimento às necessidades sociais em detrimento das exigências de rentabilidade econômica. Isso abrange a universalização dos direitos sociais, permitindo que o beneficiário da assistência seja integrado às políticas públicas. O texto também ressalta a importância de manter a dignidade do cidadão, sua autonomia e o direito a serviços e benefícios de qualidade, além de garantir o convívio familiar e comunitário, proibindo qualquer forma humilhante de comprovação de necessidade. Adicionalmente, assegura igualdade no acesso ao atendimento, sem discriminação, garantindo equivalência entre as populações urbanas e rurais e promovendo uma ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais (Almeida, 2023).

Entre as principais atividades dos psicólogos no SUAS, destacam-se as visitas domiciliares, a elaboração de relatórios, o acompanhamento e o trabalho social com as famílias e indivíduos, a condução de grupos reflexivos, e a organização de campanhas de proteção social e enfrentamento à violência (Oliveira & Hernandez, 2021). A maioria dos profissionais de psicologia social trabalha nas políticas de assistência social, o que evidencia que o SUAS desempenha um papel importante no combate às desigualdades sociais, oferecendo grande suporte a muitas pessoas. Assim, o

desenvolvimento de um acompanhamento integrado nesses espaços permite que o usuário reflita sobre as possibilidades de mudar seus padrões e sua história de vida, além de se identificar com outras formas de atuação no território. Ou, se preferir, pode afirmar sua posição contrária aos padrões socialmente aceitos, promovendo, dessa forma, a autonomia e o protagonismo do indivíduo em seu território (Oliveira & Kahhale, 2020).

Levando em conta o caráter sócio histórico do sujeito, a culpabilização individual por um problema social, os estereótipos e preconceitos direcionados à população pobre e a exclusão proveniente da desigualdade, é extremamente necessário que o psicólogo busque novas fontes de conhecimento para fundamentar a sua prática, diversificando suas formas de atuação, superando a intervenção individual e integrando-se a equipes multiprofissionais, compreendendo também a importância de seu papel nos serviços da assistência social. O comprometimento social do psicólogo está na qualificação da atuação, levando em consideração o contexto atual e as demandas sociais da população (Dantas et al., 2010; Rufato, 2024).

Tendo em vista que a pobreza está entre as injustiças que afligem a humanidade, é fundamental a ação preventiva dos governos através de políticas públicas bem estruturadas, de abrangência universal e amplamente divulgadas, buscando a participação ativa dos cidadãos para que eles possam ser auxiliados e amparados. O potencial das políticas públicas e dos direitos sociais é significativo para reverter crises severas e combater a pobreza, visando o bem comum. É essencial que o Estado atue como um catalisador, mobilizando pessoas, instituições, legislações e programas de longo prazo em prol da sociedade. Quando o Estado hesita ou não age, ocorre uma desintegração do tecido social, que agrava as desigualdades e perpetua a pobreza, restringindo o desenvolvimento das capacidades (Zambam & Leal, 2020).

Sendo assim, o psicólogo social tem como função a colaboração na luta contra o rompimento dos entraves sociais, como preconceitos, estigmas e estereótipos, e outros fatores coletivos que afetam a saúde mental, intervindo a partir da noção de que somos pessoas de direito, capazes de combater as desigualdades sociais e compreender suas causas e seus efeitos. O trabalho do psicólogo serve de auxílio para identificação de fatores coletivos que afetam a saúde mental, além de ajudar a entender a necessidade que se sente do outro e “a importância da comunicação frente ao comportamento alheio” (Lima, 2020).

Ademais, o interesse dos psicólogos sociais é de saber a influência que as pessoas exercem umas sobre as outras na sociedade, diferenciando os comportamentos individuais e grupais. Para isso, é preciso voltar às raízes históricas da psicologia, olhando para a consciência humana a partir do impacto do ser e do fazer em sociedade, auxiliando na construção de uma identidade pessoal e social do sujeito, enquanto ele elabora um saber sobre si e sobre a sua realidade, sendo esse processo fundamental para a promoção de um ambiente mais inclusivo (Almeida, 2018; Cunha et al, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou os impactos da desigualdade social, relacionando as estruturas sociais com a saúde mental, revelando a complexidade e a profundidade desse fenômeno, que não pode ser reduzido a apenas uma questão de falta de recursos financeiros. Historicamente, fatores como colonialismo, escravidão e a revolução industrial estabeleceram um legado de desigualdade que se perpetua. Essas condições moldam a distribuição de recursos e o acesso a serviços essenciais, influenciando diretamente o bem-estar psicológico dos indivíduos.

Contudo, muitas vezes, a narrativa predominante atribui ao indivíduo a responsabilidade por sua condição, promovendo a ideia de que o sucesso ou fracasso é resultado exclusivo de esforços pessoais. No entanto, essa visão ignora as condições sociais, econômicas e históricas que moldam as oportunidades e desafios enfrentados por diferentes grupos. A pobreza é, em grande parte, um produto de sistemas desiguais que perpetuam a exclusão e a marginalização, onde fatores como acesso limitado à educação, emprego e serviços essenciais desempenham papéis cruciais. Portanto, uma abordagem efetiva para combater a pobreza deve reconhecer e abordar essas estruturas, promovendo uma responsabilidade coletiva que busque transformar o ambiente social e econômico em que os indivíduos estão inseridos.

Outrossim, as demandas sociais decorrentes da pobreza, como a falta de acesso a recursos básicos e a exclusão social agravam as dificuldades enfrentadas por populações vulneráveis. Nesse contexto, o papel do psicólogo social se torna crucial. Esses profissionais podem atuar na promoção da saúde mental por meio de intervenções coletivas que abordem os fatores sociais, como o fortalecimento de redes de apoio comunitário e a conscientização sobre saúde mental. A prática do psicólogo social deve incluir a análise das condições socioeconômicas e culturais que impactam a vida das pessoas, visando construir soluções que considerem a coletividade.

Além disso, é fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas para promover a equidade e o fortalecimento da rede de apoio psicossocial. A integração de ações voltadas para a saúde mental em contextos sociais diversos é essencial para mitigar os efeitos nocivos da desigualdade. Portanto, é imprescindível que continuemos a investigar e debater essas interconexões, reconhecendo a importância do contexto histórico e das demandas sociais na formação da saúde mental. Essa compreensão é vital para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e saudável.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil (2022). *Pesquisa De Endividamento e Inadimplência Do Consumidor (PEIC)*. <https://agenciabrasil.etc.com.br/tags/peic>.

Alfaro, J. I (1993). Elementos para una definición de la Psicología Comunitaria. In R. M. Olave e L. Zambrano (Orgs). *Psicología Comunitaria y salud mental en Chile*. (pp. 14-31). Santiago: Ed. Universidad Diego Portales.

Alexandre, D. A., Santos, D. P. F., Silva, R. P. J., & Santos, R. S. (2022). *A atuação da Psicologia em contexto de desigualdade social: uma interpretação marxista*. [Trabalho de conclusão de curso], Centro Universitário UNA.

Almeida, G. A. (2023). O benefício assistencial de prestação continuada-LOAS à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(11), 2145-2159.

Almeida, F. A. (2018). *A Psicologia Social e o papel do Psicólogo na sociedade contemporânea*. Psicologia.pt: O Portal dos Psicólogos, 1-7.

Almeida, M. F., Pinto, M. A. P., & Cardoso, L. F. V. (2021). Os impactos da vulnerabilidade social na construção da subjetividade. *Psicologia & Sociedade*, 7(2), 48-65.

Andrade, P. S., & Lira, T. S. V. (2024). O desafio de “conviver” com as velhas e novas manifestações da criminalização da pobreza: a destituição do poder familiar no contexto atual. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 35(1), 1-24.

Barbosa, V. N. M., & Moura, J. F. (2021). Intersecções entre Gênero, Raça e Pobreza na vida de Mulheres no Nordeste do Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21, 1478-1499.

Barros, A., & Nery, W. (2024). A Realidade da ralé brasileira: desigualdade, marginalização e desafios sociais. *Revista Tópicos*, 2(9), 1-14.

Bertoncini, M., & Stankevecz, R. V. (2021). A Meritocracia Neoliberal e o Desafio de Garantir a Justiça Social. *Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional*, 9(1), 1-15.

Boff, R. A., & Cabral, S. M. (2023). Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 13(38), 71-88.

Camargo, C. A., Figaro, R., & Silva, G. D. M. A. D. (2021). O imperativo da transparência como norma legitimadora da vigilância digital no capitalismo de dados a partir do filme O Círculo. *Fronteiras-Estudos Midiáticos*, 23(1), 57-67.

Campos, A. G. (2015). *Bem-estar social nos anos 1990 e 2000: traços estilizados da história brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea.

Castelo, R. (2010). A "questão social" nas obras de Marx e Engels. *Praia Vermelha*, 20(1), 85-94.

Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói, RJ: Oficina do Autor.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

Costa, A. B. D., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Portugal: Gradiva Publicações.

Cunha, R., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2021). Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. *Saúde em Debate*, 45(1), 83-97.

Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F. D., & Yamamoto, O. H. (2010). *Psicologia e pobreza no Brasil*:

produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.

Ferreira, C. R. C., & Facci, M. G. D. (2020). A atuação da psicologia em contextos de pobreza: algumas contribuições de Martin-Baró. *Psicologia para América Latina*, (33), 67-77.

Ferreira, G. M. (2022). *Da divisão sexual do trabalho à feminização da pobreza: renda básica universal como propulsora do acesso à justiça social*. [Trabalho de Conclusão de Curso], Universidade Federal de São Paulo.

Freire, P. (1989). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Góis, C. W. L. (2012). *Psicologia Clínico-Comunitária*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste.

Guareschi, P. A. (2005). *Psicologia social como prática de libertação*. (3a ed.). Porto Alegre, RS: ediPUCRS.

Guzzo, R. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In V. Ximenes (Org.). *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências* (pp. 149-163). Fortaleza: Banco do Nordeste.

Junior, J. C. A. (2024). Serviço Social e Questão Social sob a ótica do método crítico dialético: reflexões a partir da experiência histórica brasileira. *Revista Angolana de Ciências*, 6(2), 1-13.

Krieger, N. (1999). Embodying inequality: A review of concepts, measures, and methods for studying health consequences of discrimination. *International Journal of Health Services*, 29(2), 295-352.

Lane, S. T. M., & Codo, W. (1989). *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

Lanzara, A. P., & Silva, B. S. (2023). As reformas previdenciárias no Brasil e a expansão da previdência complementar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(111), 1-20.

Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo, SP: Editora Blucher.

Marçal, L. S., & de Oliveira, C. P. (2023). A pobreza na clínica e a pobreza da clínica: Os serviços-escola como mediadores do contato entre a Psicologia e a pobreza. *Cadernos de Psicologia*, 5(9), 129-158.

Meszáros, I. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo, SP: Boitempo.

Moura, J. F., & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada do pobre: uma constituição opressora. *Revista de Psicologia*, 28(1), 76-83.

Nogueira, I. V., & de Oliveira, E. C. S. (2024). Da clássica divisão de classes sociais observada por Marx à reprodução e legitimação das classes sociais na contemporaneidade. *Revista Cactácea-Educação, Filosofia*, 4(11), 25-39.

Oliveira, M. L., & Malfitano, A. P. S. (2021). O Sistema Único de Assistência Social e os trabalhadores na Política Nacional Assistência social: um enfoque às terapeutas ocupacionais. *Serviço Social Em Revista*, 148- 169.

Oliveira, M. V. B., & Hernandez, L. F. (2021). Articulações Entre Formação e Atuação da Psicologia

Social no SUAS. *Anais do Seminário Científico do UNIFACIG*, 7, 1-7.

Oliveira, P. A., & Kahhale, E. M. S. P. (2020). Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. *Revista Psicologia Política*, 20(47) 119-131.

Oliveira, S. D. (2020). As “favelas”, uma invenção cultural e política: uma análise comparada da representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (1897-1920). *História Comparada*, 14(1), 123-152.

Pedroso, M. N. C. (2020). A pobreza e a desigualdade: uma realidade brasileira no século XXI. *Leituras de Economia Política*, 31-54.

Pereira, M. D. S. (2020). A psicologia social do trabalho como campo de práticas, saberes e resistências. *Psicologia & Sociedade*, (31), 32-19.

Pinelli, L. V. (2022). Política social e desigualdades: a educação em destaque. *Ideação*, 24(1), 123-128.

Quintas, R. S., & Malard, N. T. (2021). Pobreza e desigualdade social no Brasil. *Revista de Direito-Trabalho. Sociedade e Cidadania*, 10(10), 04-29.

Rocha, M. J. N., Lopes, M. T. S., & Vale, A. L. A. (2014). A dimensão traumática da exclusão social. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48 (2), 89-100.

Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* (3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora.

Romão, S. V. B. (2024). *A família como parceira no cuidado junto às pessoas em adoecimento psíquico: uma análise a partir da determinação social da saúde*. [Tese de Conclusão de Curso], Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Rufato, F. D. (2024). *Saúde mental e adoecimento psíquico na contemporaneidade: Um diálogo entre a Psicanálise e a Psicologia Histórico-Cultural*. Curitiba, PR: Editora CRV.

Santos, D. M. A. A. P. (2024). Interseções da história: uma análise da consciência histórica, pensamento crítico, cultura e práticas no campo educativo. *Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, 15(2), 45-57.

Santos, D. R., Alcino, M., Pimentel, S. M., & da Luz, N. S. (2023). Gênero, feminismo e o projeto ético-político do serviço social na assistência social: CRAS e CREAS. *Humanidades em Perspectivas*, 5(10), 21-38.

Santos, L., & Zanella, A. V. (2023). Arte para quem? Oficina de Artes com crianças e jovens em contexto de desigualdade social. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 16(2), 1-14.

Souza, J. (2021). Capitalismo, pobreza e exclusão social. *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, 9(15), 1-18.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

Silva, A. P. P. D. (2022). Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio

ao serviço social contemporâneo. *Revista Katálysis*, 25(2), 177-178.

Silva, D. F., & de Santana, P. R. (2012). Transtornos mentais e pobreza no Brasil: uma revisão sistemática.

Tempus—Actas de Saúde Coletiva, 6(4), 175-185.

Silva, H. A. (2022). Sofrimento social como dimensão da pobreza. *DoisPontos*, 19(1), 33-49.

Silva, R. A. N. D. (2021). *A invenção da psicologia social*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO.

Stralen, C. J. (2005). *Psicologia Social: uma especialidade da Psicologia?* *Psicologia & Sociedade*, 17(1), 17- 28.

Schwartzman, S. (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Tralhão, C. S. D. J. (2023). *Problematizar as práticas de serviço social nos domínios da pobreza e da exclusão social*. [Tese de Doutorado], Instituto Universitário de Lisboa.

Vieira, R. C. M., & Honorato, L. G. F. (2023). A intervenção do assistente social na prevenção da violação de direitos de crianças em situação de vulnerabilidade social. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(11), 4375-4393.

Wanderley, M. B. (2014). Refletindo sobre a noção de exclusão. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, 11, 17-27.

Wanderley, M. (2002). Refletindo sobre a noção de exclusão. In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16-26). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Zambam, N. J., & Leal, D. J. (2020). A pobreza como privação de capacitações (capabilites): referências sobre a necessidade de políticas públicas no Brasil em tempos de grave crise. *Direito e Desenvolvimento*, 11(2), 167-185.